




Lisboa e Vale do Tejo
Centro Nacional de Exposições (CNEMA) Quinta das Cegonhas,
2000-471 SANTARÉM

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.lvt@icnf.pt
 243306530

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere
Praça Dias Ferreira 38
2240-341 FERREIRA DO ZÊZERE

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-004446/2022	P-032598/2021	2022-01-28
Assunto <i>subject</i>	Processo Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere - fase de concertação Pronúncia do ICNF, I.P. aos elementos da proposta de PDM apresentados em novembro de 2021 pela CM de de Ferreira do Zêzere (ofício da CMFZ Saída nº 6723 de 09/11/2021)		

Ex.^{mo(a)} senhor(a),

No seguimento do parecer emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP, à proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, ofício com referência S-031360/2021 de 29/07/2021 (P-032598/2021), vem a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (CMFZ) remeter, através de mensagem de correio eletrónico, o relatório de ponderação ao parecer do ICNF, I.P. e os elementos da proposta de Plano Diretor Municipal reformulados, enquadrada na fase de concertação prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)¹, solicitando a apreciação e validação do ICNF, I.P..

Para efeito, os elementos foram disponibilizados através do seguinte endereço eletrónico:
<http://ferreiradozezere.pt/cm fz/16216.zip>

1. Análise aos elementos remetidos pela CMFZ

No que se refere ao Relatório de Ponderação remetida pela CMFZ, organizado em função das matérias elencadas no referido parecer do ICNF, I.P., designadamente, a proposta de Plano; cartografia; compatibilização da proposta de exclusão em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional com matéria da competência do ICNF; regulamento; e Relatório Ambiental enquadrado no procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, na redação vigente - AAE) informa-se que foram analisadas as ponderações da CMFZ ao parecer do ICNF, I.P.

Atento ao conteúdo do Relatório de Ponderação foi elaborado o Quadro 1, que se apresenta de seguida, com a pronúncia do ICNF, I.P. às diferentes questões apresentadas e aos elementos da proposta de Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere reformulados e remetidos pela CMFZ.

¹ RJIGT – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 25/2021 de 29 de março.

Quadro 1 – Análise ao relatório de ponderação apresentado pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere ao parecer do ICNF,I.P. (julho de 2021)

Conteúdo Relatório de Ponderação	Pronúncia do ICNF,I.P. no seu parecer (julho 2021)	Ponderação CMFZ	Conteúdo anexo	Pronúncia ICNF,IP. (janeiro 2022)
PROPOSTA DE PLANO				
Relatório do Plano e compatibilidade com as medidas a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta	"atualizar a referência ao diploma legal que aprova o SNDPCI para a versão atualmente em vigor: Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 27/2017 de 2 de outubro, e Decretos-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro e n.º 14/2019, de 21 de janeiro."	Procedeu-se à devida atualização legislativa, referenciando-se, aliás, a recente publicação do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que revogou o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação (ANEXO 1).	Anexo 1 - Subcapítulo 4.4 "Florestas" do Relatório do plano (da página 71 à 75)	Aceite
Compatibilidade com o PROF LVT	Na página 170 é feita referência a que "As normas constantes dos PROF vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos e ações a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados, devendo os planos diretores municipais relativos à área abrangida pelos PROF, integrar, na primeira alteração a que são sujeitos, as normas constantes dos PROF." Importa esclarecer que, em termos de vinculação externa importa ter presente que os PROF vinculam não só as entidades públicas, mas também vinculam, direta e imediatamente, os particulares, em conformidade com o disposto no n.ºs 5 e 6 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de Janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho, e com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro, relativamente: "a) à elaboração dos planos de gestão florestal; b) às normas de intervenção nos espaços florestais; c) aos limites de área a ocupar por eucalipto", ficando excluídas do disposto anteriormente as normas com incidência territorial urbanística. Ainda no que se refere à vinculação jurídica o artigo 3.º do RJGT estabelece no n.º 1 que os programas territoriais vinculam as entidades públicas, no n.º 2 que os planos territoriais vinculam as entidades públicas e, direta e imediatamente, os particulares, e n.º 3 que o disposto nos números anteriores não prejudica a vinculação direta e imediata dos particulares relativamente às normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais; - Deve ser atualizada a referência ao diploma que aprova o PROF LVT: Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12 de abril."	A matéria relativa à vinculação dos particulares foi melhor esclarecida e as referências ao diploma do PROF-LVT foram atualizadas (ANEXO 2).	Anexo 2 - Capítulo 12. Recursos Florestais dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico: 02. Suporte Físico e Natural (da página 167 à 199)	Aceite



Compatibilidade com o PROF LVT	<p>"No que diz respeito ao Corredores Ecológicos importa atender também a que as áreas integradas nos Corredores Ecológicos podem ou não integrar a Estrutura Ecológica Municipal, no entanto, as intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas no Capítulo E do Documento Estratégico do PROF e referenciadas no Anexo I do Regulamento. Estes constituem faixas que visam promover ou salvaguardar a conexão entre áreas florestais dispersas ou as diferentes áreas de importância ecológica, conforme alude a alínea d) do n.º 3 do regulamento do PROF, sendo áreas afetas ao planeamento e gestão florestal dedicadas à proteção e conservação da biodiversidade e promoção dos serviços dos ecossistemas, de acordo com estabelecido no Capítulo C do Documento Estratégico do PROF LVT. Nas respetivas normas de silvicultura e gestão para estes espaços é referido que os corredores ecológicos coincidentes com linhas de água são dos mais importantes em termos de conectividade, mesmo em áreas urbanas significativamente fragmentadas, permitindo a circulação da fauna e flora ao longo da componente aquática, ou ao longo da galeria ripícola. Para além das servidões e restrições legais aplicáveis, nessas áreas devem ser aplicadas, consoante o tipo de linha de água e a distância à margem da mesma, sendo estabelecidas as seguintes normas relativas à arborização ou rearborização, que devem ser respeitadas e integradas em regulamento (...) ”.</p>	<p>A salvaguarda das normas de silvicultura e gestão, para as áreas dos corredores ecológicos delimitados no PROF-LVT, foi introduzida no n.º 2 do artigo 73.º, acautelando, assim, que as intervenções florestais respeitam o estipulado no Anexo I do PROF-LVT (ANEXO 3).</p>	<p>Anexo 3 - Regulamento CAPÍTULO IV. ESPAÇOS FLORESTAIS do Artigo 73.º ao Artigo 79.º (da página 66 à 73) N.º2 do artigo 73.º: "As intervenções florestais nos corredores ecológicos delimitados no PROF-LVT devem respeitar as normas de silvicultura e gestão definidas no Anexo I do Regulamento do Programa."</p>	Aceite
Proteção Do Sobreiro e da Azinheira	<p>"a condicionante aplica-se aos sobreiros e às azinheiras, pelo que para além da representação das áreas de povoamentos de sobreiro deveriam constar as áreas de povoamentos de azinheira. Ressalva-se que, não tendo o município informação fiável da sua delimitação deve assegurar que em regulamento fique expresso que existe obrigatoriedade de cumprimento da legislação em vigor referente a estas espécies, em todas as categorias de espaço, independentemente da qualificação do solo, constituindo uma servidão e restrição de utilidade pública”.</p>	<p>De forma a assegurar a proteção, tanto dos sobreiros como das azinheiras, procedeu-se à alteração do regulamento na subalínea vi), alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, substituindo “Florestas de sobreiro” por “Proteção do sobreiro e da azinheira” (ANEXO 4).</p>	<p>Anexo 4 - Regulamento TÍTULO II. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA Artigos 6.º e 7.º (da página 16 à 18)</p>	Aceite



CARTOGRAFIA				
Planta de Ordenamento	<p>“Face à justificação apresentada pelo município propõe-se, na área Rede Natura 2000, a integração das áreas identificadas na COS como “Florestas de Pinheiro-bravo” na subcategoria de “Espaços Florestais de Conservação” não coincidentes com as áreas de Reserva Agrícola Nacional. No que se refere às áreas coincidentes com RAN deve o município, no âmbito da concertação, auscultar as entidades competentes na matéria, no sentido de verificar a recetividade destas para rever a delimitação da RAN com o objetivo de garantir o melhor ajustamento ao real uso e ocupação do solo”.</p>	<p>Na área da Rede Natura, quando não coincidente com RAN, as “Florestas de Pinheiro Bravo com Folhosas” identificadas na COS2010, foram incorporadas nos “Espaços Florestais de Conservação”, exceto em situações pontuais promotoras de descontinuidades (ANEXO 5). No que respeita à eventual necessidade de ajustamento da RAN ao atual uso e ocupação do solo, entende-se manter esta delimitação validada pela DRAP-LVT, por não se considerar oportuna a aferição desta restrição de utilidade pública na fase final do processo de revisão do PDM.</p>	<p>Anexo 5 - Planta de Ordenamento: Classificação e Qualificação do solo (outubro 2021)</p>	<p>Aceite</p>
COMPATIBILIZAÇÃO DA PROPOSTA DE EXCLUSÃO DE ÁREAS EM REN E RAN COM A MATÉRIA COMPETÊNCIA DO ICNF	<p>“conforme anteriormente já referido, em matéria de delimitação da RAN, verificando-se erros grosseiros de sobreposição desta condicionante com áreas não agrícolas, deve o município, no âmbito da concertação, auscultar as entidades competentes na matéria, no sentido de verificar a recetividade destas para rever a delimitação da RAN com o objetivo de garantir o melhor ajustamento ao real uso e ocupação do solo”.</p>	<p>Conforme referido anteriormente, no que respeita à eventual necessidade de ajustamento da RAN ao atual uso e ocupação do solo, entende-se manter esta delimitação validada pela DRAP-LVT, por não se considerar oportuna a aferição desta restrição de utilidade pública na fase final do processo de revisão do PDM.</p>	<p>-</p>	<p>Aceite</p>



REGULAMENTO				
REGULAMENTO	<p>ART. 6.º e 7.º</p> <p>“Tal como já referido anteriormente, a condicionante aplica-se à proteção do sobreiro e da azinheira, pelo que para além da representação das áreas de povoamentos de sobreiro deveriam constar também as áreas de povoamentos de azinheira. Reitera-se que, não tendo o município informação fiável da sua delimitação deve assegurar que em regulamento fique expresso que existe obrigatoriedade de cumprimento da legislação em vigor referente a estas espécies, em todas as categorias de espaço, independentemente da qualificação do solo, constituindo uma servidão e restrição de utilidade pública. Nesse sentido, deve o município proceder à alteração do regulamento na subalínea vi), alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º referente às "Florestas de sobreiro" devendo ser alterada para "Proteção do Sobreiro e da Azinheira".”</p>	<p>De forma a assegurar a proteção, tanto dos sobreiros como das azinheiras, procedeu-se à alteração do regulamento na subalínea vi), alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, substituindo “Florestas de sobreiro” por “Proteção do sobreiro e da azinheira” (ANEXO 4).</p>		Aceite
REGULAMENTO	<p>ART. 23.º</p> <p>“Analisada a redação do artigo 27.º verifica-se que este está direcionado para o património arqueológico, não tendo a alcance pretendido para a salvaguarda de cavidades cársicas (património geomorfológico). Nesse sentido, reitera-se a posição do ICNF anteriormente assumida no parecer: “Sendo o município de Ferreira do Zêzere abrangido por significativa área cársica, cujas intervenções ao nível do subsolo podem por a descoberto cavidades (grutas e algares), propõe-se a introdução de uma norma neste artigo que salguarde a comunicação deste tipo de formações à tutela para averiguação do seu valor patrimonial.”</p>	<p>No n.º 2 do artigo 35.º foi acautelado que as intervenções no subsolo devem ser comunicadas à tutela, a fim de ser garantida a salvaguarda da morfologia cársica (ANEXO 6).</p>	<p>Anexo 6 - Regulamento do artigo 29.º ao 35.º (da página 34 à 38)</p> <p>O n.º 2 do artigo 35.º tem a seguinte redação: "As intervenções ao nível do subsolo que possam pôr em causa o património geomorfológico, designadamente as formações decorrentes da morfologia cársica, devem ser comunicadas à entidade de tutela competente e à Câmara Municipal, ficando os trabalhos suspensos enquanto se procede à averiguação do seu valor."</p>	Aceite
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA				



Relatório Ambiental	<p>“Verifica-se a existência ao nível do RA e RNT erros e desatualizações na referência ao Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT) e à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030). O PROF LVT deve vir referenciado como programa e não como plano, assim como deve ser referido a Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12/04 que retifica a Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, que aprova o PROF LVT. A ENCNB deve ser substituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 De igual modo, deve ser revista e atualizada a listagem da “Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido” corrigindo a referência a diplomas já revogados, referindo-se a título de exemplo, Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro – Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB), Portaria n.º 1139/2006 de 25 de outubro – Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios e o Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril – Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF_AA). Ressalva-se a necessidade de atualizar no RA e RNT todas as referências aos diplomas já revogados, bem como verificar a necessidade de atualizar os Objetivos Estratégicos descritos nos anexos para os respetivos Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico, face às alterações referidas anteriormente.”</p>	<p>As alterações estão agora refletidas no Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico (ANEXO 7 e 8).</p>		<p>Reitera-se a existência ao nível do RA e RNT de referências ao PROF RIB (PROF Ribatejo) bem erros, omissões e desatualizações na referência a <i>Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico</i> (ex. PROT- Alentejo). Entende-se que deva ser atualizada a lista de <i>Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido</i> de acordo com os instrumentos elencados no Anexo I. Corrigidas estas questões nada há a obstar ao RA.</p>
----------------------------	--	--	--	---

2. Proposta

Face aos elementos disponibilizados pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para efeitos de pronúncia aos elementos reformulados e remetidos relativos à proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere – fase de concertação, o ICNF, I.P. emite parecer favorável condicionado à correção da questão elencada no Quadro 1.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora do Departamento Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Ana Lúcia Freire

Documento processado por computador, nº S-004446/2022